

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

LETICIA BEATRIS DE FREITAS SOTERIO

**A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O
MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**

Santana do Livramento

2025

LETICIA BEATRIS DE FREITAS SOTERIO

**A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O
MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Orientador(a): Prof. André da Silva Redivo

Santana do Livramento

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

S717i Soterio, Leticia Beatris de Freitas

A inserção socioeconômica de mulheres negras no Brasil e o
mito da democracia racial / Leticia Beatris de Freitas Soterio.
42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2025.

"Orientação: Andre da Silva Redivo".

1. Raça. 2. Mulheres negras. 3. Racismo. 4. Democracia
Racial. 5. Mercado de trabalho. I. Título.

LETICIA BEATRIS DE FREITAS SOTERIO

**A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O
MITO DA DEMOCRACIA RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 4 de julho de 2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. André da Silva Redivo

Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão

UNIPAMPA

Prof. Dr. Altacir Bunde

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **ANDRE DA SILVA REDIVO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/07/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SEBASTIAO AILTON DA ROSA CERQUEIRA ADAO**,
Coordenador(a) Acadêmico(a), em 08/07/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, de
acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALTACIR BUNDE**, **PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**,
em 08/07/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais
aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1778054** e o
código CRC **3BC34E2D**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, por todo o amor incondicional dado a mim desde sempre. Aos meus pais Antonio e Sirley, os alicerces da minha vida, que sempre carregaram o mundo nas costas para que eu pudesse ser quem eu sou hoje. Tudo o que sou e todo o sucesso que terei dedico a eles, que por muitas vezes sofreram debaixo de muito sol para que eu permanecesse na sombra. Muito obrigada por sonharem os meus sonhos, os amo com todo meu coração.

Agradeço à Universidade Federal do Pampa por ofertar um ensino superior público, de qualidade e pela oportunidade de ingressar no curso de Ciências Econômicas. Além disso, agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação, levo comigo com muito carinho o aprendizado passado por cada um. Especialmente agradeço ao meu orientador, professor Dr. André Redivo, obrigada pela paciência, dedicação e todos ensinamentos.

Ao meu companheiro, Leonardo, agradeço por permanecer sempre ao meu lado, fosse nas alegrias ou enfrentando todas as tempestades. A ti, agradeço por todo cuidado, todo amor e que mesmo com algumas dificuldades nunca deixou de acreditar em mim e caminhar ao meu lado nessa trajetória.

Aos amigos que fiz durante a trajetória acadêmica, agradeço a todos aqueles que permaneceram. A minha amiga Aymara, agradeço por ter me abordado no primeiro dia de aula presencial, a universidade e a vida se tornaram muito especiais contigo ao meu lado desde então.

Agradeço imensamente a minha amiga Esrae, por ter sido acalento em tantos dias frios vividos, te agradeço por permanecer e por sempre me incentivar, o percurso não seria o mesmo sem ti. Obrigada por ter se tornado família e nunca ter me deixado sozinha nessa jornada, te ter ao meu lado fez toda a diferença.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim, que mesmo com os percalços da vida, dias cansativos, longe de casa e de quem eu amo, não desisti dos meus sonhos e de construir minha própria vida.

A todos, meu muito obrigada!

“A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos de uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome” (...)

Conceição Evaristo

RESUMO

A inserção socioeconômica de mulheres negras, no Brasil, é marcada por desigualdades tanto de gênero como de raça, as quais são refletidas nos salários, nas taxas de desemprego, nas condições precárias e na vulnerabilidade desse grupo social. O mito da democracia racial é uma ideologia que afirma que o Brasil é um país onde não há racismo ou discriminação contra a população negra, dado que todos os brasileiros são frutos de uma mistura harmoniosa entre as diferentes etnias que formaram a nação. Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como a inserção socioeconômica das mulheres negras no Brasil desafia a ideia de democracia racial. Metodologicamente, a presente pesquisa utilizará o método misto e quanto a sua abordagem, esta será quantitativa e qualitativa com caráter descritivo. As técnicas de pesquisa adotadas serão a pesquisa documental e de bases de dados secundários, através da análise de conteúdo e estatística descritiva. Os resultados da pesquisa mostram que as mulheres negras no Brasil, historicamente ocupam as posições mais subalternizadas no mercado de trabalho, se deparando com inúmeras formas de discriminação racial, de gênero e classe. Dados do IBGE e DIEESE, indicam que essas mulheres têm as maiores taxas de desemprego, informalidades e subutilização da força de trabalho, além de claro, terem os menores rendimentos médios mensais, mesmo entre aquelas com o nível superior completo. A taxa de analfabetismo, por exemplo, entre pretas e pardas é o dobro das mulheres brancas e o mesmo ocorre quando abordamos a mortalidade materna. Ademais, constatou-se que o mito da democracia racial atua como um mecanismo ideológico que mascara tais desigualdades, promovendo o falso ideal de convivência harmoniosa e oportunidades igualitárias entre grupos raciais. A comparação entre os dados empíricos e as teorias da democracia racial, como as propostas por Gilberto Freyre e criticadas por Florestan Fernandes, revela que essa ideologia serve para perpetuar a negação do racismo estrutural no Brasil. Assim, a inserção socioeconômica das mulheres negras no Brasil não apenas desmantela esse mito, como também expõe as limitações das políticas públicas e das estruturas institucionais na promoção da equidade racial e de gênero.

Palavras-chaves: democracia racial; mulheres negras; racismo; mercado de trabalho.

ABSTRACT

The socioeconomic integration of black women in Brazil is marked by gender and racial inequalities, which are reflected in wages, unemployment rates, precarious conditions, and the vulnerability of this social group. The myth of racial democracy is an ideology that asserts that Brazil is a country where there is no racism or discrimination against the black population, given that all Brazilians are the result of a harmonious mixture of the different ethnic groups that formed the nation. Given this scenario, the general objective of this research is to analyze how the socioeconomic inclusion of black women in Brazil challenges the idea of racial democracy. Methodologically, this research will use a mixed method and regarding its approach, it will be quantitative and qualitative with a descriptive character. The research techniques adopted will be documentary research and secondary databases, through content analysis and descriptive statistics. The results of the research show that black women in Brazil have historically occupied the most subordinate positions in the labor market, facing numerous forms of racial, gender, and class discrimination. Data from IBGE and DIEESE indicate that these women have the highest rates of unemployment, informality, and underutilization of the workforce, in addition to having the lowest average monthly incomes, even among those with a college degree. The illiteracy rate, for example, among black and brown women is twice that of white women, and the same is true when we look at maternal mortality. Furthermore, it has been found that the myth of racial democracy acts as an ideological mechanism that masks such inequalities, promoting the false ideal of harmonious coexistence and equal opportunities among racial groups. A comparison between empirical data and theories of racial democracy, such as those proposed by Gilberto Freyre and criticized by Florestan Fernandes, reveals that this ideology serves to perpetuate the denial of structural racism in Brazil. Thus, the socioeconomic inclusion of black women in Brazil not only dismantles this myth, but also exposes the limitations of public policies and institutional structures in promoting racial and gender equality.

Keywords: racial democracy; black women; racism; labor market.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Anúncio de venda de mulher escravizada.	25
Figura 2 - Anúncio de aluguel de mulher escravizada.	25
Figura 3 - Taxa de desocupação segundo cor/raça entre o 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2024.	28
Figura 4 - Taxa de desocupação segundo sexo e cor/raça no 2º trimestre de 2024.	28
Figura 5 - Taxa de subutilização segundo sexo e cor/raça no 2º trimestre de 2024.	29
Figura 6 - Taxa de Informalidade e Contribuição Previdenciária no 4º trimestre de 2023.	30
Figura 7 - Nível educacional alcançado pelas pessoas adultas com 25 anos ou mais de idade em 2022.	32
Figura 8 - Taxas de evasão, promoção, repetência escolar e migração para EJA no ensino médio de mulheres, por cor ou raça, entre 2020/2021.	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentagem da população total, população em idade ativa e responsáveis por domicílios, por grupo sociais, Brasil, 2021.

29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i>	14
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i>	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL, O RACISMO E AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	17
2.1 MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	17
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA E O RACISMO	19
2.3 O MERCADO DE TRABALHO, AS MULHERES NEGRAS E SUAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS	21
3 METODOLOGIA	23
4. MULHERES NEGRAS NO BRASIL: RENDA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E A DESCONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEMOCRACIA RACIAL	25
4.1 A TRAJETÓRIA DA MULHER NEGRA NO BRASIL	25
4.2 RENDA, RAÇA E GÊNERO: A CONDIÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL	27
4.3 EDUCAÇÃO E MULHERES NEGRAS: UM MEIO DE RESISTÊNCIA	31
4.4 SAÚDE DA MULHER NEGRA	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

No que tange ao processo histórico brasileiro, alguns temas como a sociedade escravista tornam-se temática ainda com impacto no Brasil contemporâneo. A estruturação da sociedade brasileira aconteceu com demasiada violência. Com isso, a exploração da mão de obra escravizada e do tráfico negreiro geraram lucros extensos para a coroa portuguesa. A frente deste contexto, com duração de quatro séculos, é de suma importância considerar as perspectivas de vida das mulheres negras (Guilherme, 2022).

Apesar de menosprezados, o trabalho das mulheres negras nas fazendas representava metade dos trabalhadores. Embora fossem consideradas inferiores e menos fortes, inúmeras vezes as mulheres escravizadas trabalhavam severamente com seus filhos no colo. Além disso, dos trabalhos nas grandes fazendas, elas eram destinadas ao trabalho na casa-grande, como cozinheiras, arrumadeiras e amas-de-leite (Miranda, 2019).

Sabe-se que no Brasil, as lutas abolicionistas aconteceram de maneira gradativa e tardia. Nesse sentido, historicamente o Brasil foi o último país a decretar a abolição da escravidão. No interior das cidades em que grandes fazendas eram dependentes do trabalho escravo para a perpetuação de suas produções, a Lei Áurea de 1888 foi um ato que finalizou um lento processo de abolição (Nascimento, 2016).

Percebe-se que com a abolição e o “fim” da escravidão surgiram novas concepções. Segundo Nascimento (2016), impôs-se no Brasil a formulação da democracia racial. Segundo esta, pretos e brancos convivem de maneira harmoniosa, dispendo igualmente das oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o “maior motivo de orgulho nacional”, ou seja, esta metáfora caracteriza de forma consistente a institucionalização do racismo, disseminado na coletividade tanto econômica, como política e cultural da sociedade brasileira.

Segundo Domingues (2005) o conceito de democracia racial caracteriza-se como um sistema racial despido de todas as barreiras legais e institucionais para a equidade racial. De certa maneira seria um sistema racial isento de qualquer demonstração de preconceitos ou discriminação. Ou seja, em tese, no ano de 1889 o direito à cidadania havia sido universalizado com a Proclamação da República, garantindo aos cidadãos negros a apreciação de igualdade nos direitos e oportunidades relacionados aos brancos, tanto na educação, como empregabilidade, moradia, saúde, terra etc.

Diante dessas circunstâncias, Florestan Fernandes reconhece como o mito da democracia racial teve seu início no movimento da sociedade escravista para a sociedade livre, já que nessa passagem, os negros foram retidos nas extremidades de uma economia de sobrevivência. Portanto, o mito mascarou a exploração do passado em suas dimensões econômicas, políticas e sociais de uma sociedade de classes. Reproduziu-se, dessa maneira, um padrão brasileiro de relações raciais que associam a heteronomia econômica e a heteronomia de raça, implementando um segregamento tênue e astucioso (Lima, 2017).

Nesse sentido, no que se refere às desigualdades socioeconômicas, ao abordar sobre o mercado de trabalho, sabe-se que ele é considerado *locus* privilegiado de análise das desigualdades, já que tanto o acesso quanto a condição de inserção no mercado de trabalho, simbolizam etapas importantes no percurso socioeconômico dos indivíduos. E há um fator imprescindível no processo, que são os efeitos discriminatórios praticados pelo mercado de trabalho. Sendo assim, as desigualdades no acesso a determinadas atividades, tal como a entrada em postos de trabalho menos formais, estão estritamente relacionadas com a discriminação de gênero e raça (Lima, 2013).

Além do que, as desigualdades sociais, de classe, gênero e raça encontram-se no âmago dos problemas estruturais vivenciados na sociedade brasileira. As mulheres negras, à mercê da sociedade, deparam-se com maiores dificuldades de inserção e valorização social, tanto na educação assim como em suas relações de trabalho. Segregadas por serem mulheres e negras, defrontam-se com impasses ainda maiores para alcançarem direitos básicos, garantidos de maneira constitucional na legislação brasileira (Oliveira, 2022).

Assim sendo, dado que a inserção socioeconômica das mulheres negras no país tem uma relação histórica desde o processo escravista, envolvendo exploração de mão-de-obra, defrontando-se com dificuldades atuais ao acesso desde a educação básica, induzidas pela democracia racial, na presente pesquisa questiona-se: “Como a inserção socioeconômica das mulheres negras no Brasil desafia a ideia de democracia racial?”

1.1 Objetivos

Nesta seção, para responder o questionamento acima, foram elaborados os seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como a inserção socioeconômica das mulheres negras no Brasil desafia a ideia de democracia racial.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar as teorias de democracia racial que buscam interpretar a inserção da população negra na sociedade.
- b) Descrever a trajetória histórica e contemporânea das mulheres negras no Brasil.
- c) Compreender a pertinência das teorias de democracia racial à luz de indicadores socioeconômicos para mulheres negras no Brasil.

1.2 Justificativa

O presente estudo, tem como justificativa a busca pela compreensão da relação do ideal de democracia racial e a inserção socioeconômica de mulheres negras no Brasil. Nesse sentido, é de suma importância entender as desigualdades sociais e econômicas que permeiam as mulheres negras há muitos anos, desde quando eram escravizadas. Fazendo-se ainda necessários estudos que buscam romper e elucidar questões como gênero, raça e classe.

Segundo dados do IBGE (2022), sabe-se que ocorreu um aumento de 10,6% na declaração de pessoas consideradas pretas, tal percentual também aumentou entre os indivíduos considerados pardos, sendo este de 43,5%. Portanto, pode-se compreender que mais da metade da população brasileira são de pessoas pretas e pardas, somando-se a isso, temos a maior informalidade nos empregos, menor acesso à educação, precariedade no acesso a saúde de qualidade e conseqüentemente rendas inferiores.

Em complemento, os dados do IBGE para o segundo trimestre de 2023, coletados pela Pnad Contínua, revelam que 56,1% da população brasileira é considerada negra. Dentro desse grupo, tanto homens quanto mulheres são maioria no setor de trabalho informal e enfrentam subutilização laboral (DIEESE, 2023). O mercado de trabalho reflete essa desigualdade racial, o qual espelha as oportunidades de crescimento profissional de maneira desigual para a população negra no Brasil. Ainda, o racismo e o sexismo sustentam as disparidades sociais tanto no país quanto na América Latina (OXFAM, 2024).

Nesse escopo, a interseção entre racismo e sexismo é crucial para entender a posição socioeconômica das mulheres negras, já que, além do racismo estrutural, as mulheres enfrentam discriminação de gênero.

Aqui, cabe considerar inicialmente pesquisas as quais buscaram identificar o momento em que a mulher começou a sofrer discriminação social, sendo considerada inferior ao homem e submetida a ele devido ao gênero. Cruz (2009), ao analisar a obra de Rose Marie

Muraro, destaca a construção de mitos contemporâneos que representam a mulher, na tradição judaico-cristã e muçulmana, como submissa, ligada à sedução, traição e torpeza.

Numa perspectiva mais contemporânea, consoante a Silva e Chai (2018) o sexismo se manifesta na definição de papéis e padrões de comportamento, impondo normas que, se não seguidas, levam à marginalização social. A interseção entre racismo e sexismo gerou estereótipos sobre a mulher negra, como a barraqueira, a submissa, a mulata exportação e as filhas de Obá, todos criados a partir de fatores sociais e culturais e perpetuados por meio da linguagem e das expectativas sociais.

Logo, a pesquisa faz-se necessária pois tem como objetivo compreender o retrato e a situação das mulheres negras no Brasil, que, segundo Eunice Prudente (2020), destaca os estudos nessa temática, expondo a situação socioeconômica, desigualdade social e a família negra, já que, mesmo na contemporaneidade o ideal de democracia racial ainda é levado em consideração e conseqüentemente, a mulher negra sendo base dessa pirâmide sofre uma tripla discriminação. Isto é, racial, de gênero e de classe, essas as quais perpetuam as desigualdades e derrogam as oportunidades de ascensão social e profissional para esse grupo. Isto posto, a pesquisa é fundamental para entender essas dinâmicas e contribuir para a construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário.

Além disso, essa pesquisa surge a partir do reconhecimento da realidade das mulheres negras no Brasil não somente como objeto de estudo, mas como uma experiência tangível marcada por diversas formas de desigualdade, exclusão e resistência. Nesse sentido, o trabalho surge a partir do meu lugar de fala, o qual reconhece que o conhecimento também é determinado a partir das vivências e corpos historicamente silenciados no âmbito acadêmico.

Nesse panorama, realizar essa pesquisa é, portanto, dar voz às mulheres negras e denunciar as estruturas que normalizam a opressão sobre mulheres como nós. Sendo assim, pretende-se estender o debate sobre os aspectos sociais e econômicos das mulheres negras no país, por intermédio da comprovação das desigualdades raciais e de gênero que intrincam sua inserção, arraigada principalmente no mito da democracia racial no Brasil, facilita a marginalização dessas mulheres, visando, assim, colaborar para uma sociedade mais justa e igualitária.

2. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL, O RACISMO E AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Neste capítulo, com o objetivo de trazer sustentação à pesquisa e uma melhor compreensão do tema estudado, será apresentada a revisão bibliográfica. Primeiramente, será abordado o mito da democracia racial, que é uma ideologia que nega a existência de conflitos raciais e desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil. Em seguida, será dado um contexto histórico do racismo no Brasil, desde a escravidão até os dias atuais, mostrando como ele se manifesta nas diversas esferas da sociedade, como na educação, na saúde, na política e na cultura. Por fim, será analisada a situação das mulheres no mercado de trabalho, enfatizando os desafios e as discriminações que elas enfrentam, especialmente as mulheres negras, que sofrem duplamente por causa do gênero e da cor.

2.1 Mito da democracia racial

Com o fim do comércio de escravos entre a África e o Brasil na segunda metade do século XIX, o governo brasileiro incentivou a imigração europeia como uma forma de branquear a população, suprir a falta de trabalhadores após a abolição e modernizar o país com a mão de obra estrangeira. Essa política de branqueamento foi assimilada pela sociedade e se manifesta até hoje (Skidmore, 1976).

O racismo é a causa mais evidente das desigualdades raciais no Brasil, mas ele se manifesta de forma velada pelo mito da democracia racial. Essa ideologia foi cunhada pelo sociólogo francês Roger Bastide em um artigo de 1944, no qual ele usou os termos “democracia social” e “racial” para caracterizar a convivência pacífica entre brancos e negros no país. Segundo Guimarães (2019), a expressão tem dois sentidos principais: um que sugere uma harmonia perfeita entre os grupos raciais, e outro que se refere a um ideal de igualdade de direitos, além de expressão cultural e artística. O ideal de “democracia racial” faz parte da identidade nacional brasileira e é valorizado pela maioria dos brasileiros.

Hasenbalg (1979) afirma que o conceito de democracia racial é uma arma ideológica criada por intelectuais das elites brancas dominantes, destinada a fazer com que a população brasileira de brancos e não brancos se veja como igual, evitando, assim, um conflito racial no Brasil. No Brasil, um dos argumentos que sustentou esse mito foi o fato de que houve uma miscigenação entre uma parte da população.

No entanto, essa justificativa esconde as formas históricas e ideológicas em que a miscigenação brasileira se baseia, uma estratégia política e racista de tentar embranquecer a população brasileira e uma ideia que foi incentivada principalmente com a chegada de imigrantes europeus. Assim, a miscigenação foi um evento político eugenista e racista que visou homogeneizar, embranquecer e definir a identidade nacional do povo brasileiro. Os mestiços eram considerados como seres inferiores, degenerados e estéreis, concepção esta que foi fundada pela raciologia (Munanga, 2019).

Nesse sentido, historicamente o Brasil se tornou uma sociedade supremacista branca ancorada na ideia de miscigenar as raças, uma vez que tal política tinha como objetivo clarear fenotipicamente a nação, ainda que seus membros se mantivessem fenotipicamente mestiços (Munanga, 2019).

De acordo com Miranda (2017), nascer e crescer sob o mito da democracia racial concede ao branco um padrão de normalidade, fazendo com que estes não reconheçam seus privilégios em relação aos não brancos. Isso mostra que o mito da democracia racial tem o papel de difundir a ideia de que o Brasil é um país igualitário e justo para todos os grupos raciais.

O sociólogo Gilberto Freyre, com sua obra “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1930, inaugurou um novo olhar sobre a questão da democracia racial no Brasil, a partir de uma perspectiva culturalista. O mesmo foi o primeiro a fazer uma análise sociológica da interação entre senhores e escravos, focando o ambiente doméstico. Para Freyre (2001), a relação entre senhor e escravos se baseava em “zonas de confraternização”, que expressavam um vínculo de tipo patriarcal.

Além disso, a miscigenação era vista pelo autor como um elemento definidor, que marcou o brasileiro, como resultado da mistura entre raças. No entanto, sua análise - centrada no âmbito doméstico - acabou por minimizar a violência a que o escravo, principalmente a mulher, era submetido. É importante destacar que, muitas vezes, a miscigenação foi produto de violência sexual contra a mulher negra, que era forçada a atender aos desejos de seu senhor.

Em 1870, de acordo com Bezerra e Oliveira (2021) alguns pensadores brasileiros como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Lélia Gonzalez já debatiam a singularidade da miscigenação e sua consequência para a formação social brasileira. Para eles, a miscigenação seria o fator responsável pela degeneração do brasileiro, sendo a mistura entre raças a causa do atraso, devido às características que o cruzamento com a raça negra supostamente gerava.

Apesar de não ter criado tal conceito, a obra de Freyre e suas exposições posteriores reforçaram o conceito de igualdade e ausência de preconceito de cor no Brasil, principalmente no exterior. A democracia racial pode ser entendida como um espaço social em que não há manifestação de desigualdade baseada em raça ou etnia, onde todos os indivíduos ocupam os mesmos espaços sociais e têm oportunidades iguais.

Florestan Fernandes, em contrapartida, analisou a questão das relações raciais e do preconceito racial no Brasil sob uma perspectiva sociológica, enfocando as condições socioeconômicas dos negros em uma sociedade moderna de classes. A partir de um estudo realizado em São Paulo, ele constatou que o preconceito racial era uma realidade presente e que dificultava a inserção dos negros como cidadãos plenos em uma sociedade liberal e industrial. Fernandes (2007) mostrou que houve uma discrepância entre as mudanças econômicas e nas relações raciais após a Abolição da escravatura em 1888, onde as relações raciais continuaram seguindo o padrão tradicional escravista, que excluía os negros da participação efetiva na nova sociedade de classes.

Dessa forma, Fernandes (2007) criticou o mito da democracia racial, que se baseava em dois erros principais relacionados à ideia de que o preconceito racial seria neutro. O primeiro seria acreditar que a miscigenação indicava uma integração social e uma igualdade racial, argumentando que, ao contrário do que afirmava Freyre, a miscigenação, durante o período colonial, serviu mais para ampliar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, do que para promover a igualdade racial. O segundo erro, decorrente do primeiro, seria confundir a existência de padrões de tolerância racial que vigoraram na esfera do decoro social com igualdade racial propriamente dita.

Em suma, o autor questionava a tese da democracia racial como uma realidade existente, mas não descartava a possibilidade de construí-la, se houvesse mudanças sociais adequadas. Fernandes admitia a possibilidade de uma democracia racial, mas enquanto ela não se concretizar na realidade, teria de ser analisada criticamente como um mito. Assim, ele não se afastava totalmente do discurso consensual sobre a democracia racial, apenas se posicionava de forma crítica. Assim, enquanto para Gilberto Freyre a democracia racial era uma realidade política, para Florestan Fernandes, era um mito social (Kern, 2014). A próxima seção abordará o contexto histórico da população negra brasileira e o racismo.

2.2 Contexto histórico da população negra brasileira e o racismo

Faz-se necessário, para a compreensão do contexto histórico da população negra e do racismo no Brasil, o entendimento de conceitos como raça e racismo. Como destaca Kabengele Munanga (2019), o conceito de raça é criado no Ocidente para justificar a exploração colonial e a escravidão, vinculando características físicas a supostas inferioridades morais e intelectuais. Essa idealização foi fundamental para a elaboração de um sistema de dominação que naturalizou desigualdades entre grupos sociais, sendo pertinente com os discursos científicos e ideológicos do mundo moderno.

Desse modo, o racismo surge e manifesta-se por meio de práticas institucionais, impactando diretamente na política, economia e nas relações sociais do dia a dia. Conforme Achille Mbembe (2014), a raça se tornou uma ferramenta moderna de poder, desempenhada como critério para a gestão da vida e morte nas sociedades atuais. Expondo o contexto do Brasil, Lélia Gonzalez (1984), observa como o racismo atua de maneira imperceptível, vinculado às instituições e nas práticas culturais, integrando as desigualdades através da negação de sua própria existência. Portanto, esse raciocínio gera privilégios e desvantagens estruturais, recriando a exclusão de corpos racializados, principalmente das mulheres negras mediante mecanismos de dominação e omissão que são naturalizados.

Abordar sobre a história do povo negro no Brasil é abordar sobre África e suas distintas culturas e diferentes povos. Encarregados pela formação da maior parte da cultura brasileira, os povos africanos chegaram aqui já nas condições de escravizados. Do suplício, surge a movimentação de luta pela liberdade e justiça social, e a partir desse momento, combate-se pelas conquistas de direitos. Somente no ano de 1888, é sancionada no Brasil a Lei Áurea, Lei n. 3533, sendo o último país na teoria a abolir o sistema escravista que de forma impetuosa, violentou a população negra por mais de trezentos anos. Nesse sentido, o Brasil conviveu mais tempo com a escravidão do que propriamente sem ela (Oliveira, 2022).

Segundo Maringoni (2011), a campanha abolicionista, no final do século XIX, motivou diversos setores da sociedade brasileira. Todavia, após o 13 de maio de 1888, os negros foram abandonados à mercê da própria sorte, sem a formalização de renovações que socialmente os inserisse. Detrás disso, existia uma espécie de projeto conservador de modernização, tal projeto, não fez nem menção ao regime latifundiário e acentuou o racismo como meio de discriminação.

Ademais, no Brasil, o processo de abolição foi muito mais observado do ponto de vista econômico e político do que uma concepção sociocultural. Nas condições de problemas econômicos, de forma quase congênita, beneficiou-se a substituição do trabalho nas regiões

mais produtivas do café paulista e a substituição quase total do escravizado negro pelo imigrante europeu (Rios, 2004).

Por conseguinte, sabe-se que o fortalecimento da visão, de caráter racista, de que o branqueamento sucederia o progresso do país, fomentou a legitimação de medidas e ações governamentais que acabaram por delimitar a exclusão social, a desigualdade e a pobreza que permeiam o país inclusive atualmente. Contudo, a abolição da escravidão, pôs a população negra em um cenário de igualdade tanto política como civil, relacionada aos demais cidadãos, porém, as oportunidades de inserção socioeconômica dos negros eram altamente restritas. Consequentemente, tal processo foi explicitamente delimitado pela falta de políticas públicas em detrimento aos ex-escravizados, como a integralização destes em condições que não fossem restritas à subalternidade (Theodoro, 2008).

Em síntese, sabe-se que o racismo surge no Brasil envolvido à escravidão, mas é somente após a abolição que ele se ordena como um discurso. Portanto os conceitos de raça e racismo, são atrelados ao contexto histórico do povo negro no Brasil, essas noções implicaram e implicam diretamente nas condições econômicas, sociais e de educação da população negra. Nesse sentido, a próxima seção tratará sobre o conceito de mercado de trabalho, as condições socioeconômicas e a inserção das mulheres negras nesse mercado.

2.3 O mercado de trabalho, as mulheres negras e suas condições socioeconômicas

De acordo com Lima, (2013), ao considerar um cenário econômico, em distintas fases, sejam elas, de baixo crescimento ou em que haja consideráveis modificações no mercado de trabalho, a inserção das mulheres negras neste mercado, é uma presença de extrema importância para o entendimento da interseccionalidade tanto de raça como de gênero para construir as desigualdades sociais no Brasil. Ou seja, a história socioeconômica das mulheres negras é estudada com base na relação das transformações no trabalho e da estabilização das desigualdades raciais, que somente agora começou a decair.

No entanto, existe um fator essencial nesse processo, que são os efeitos da discriminação que o mercado de trabalho gera. As desigualdades de acesso a certos setores de atividade, assim como a entrada em ocupações mais informais, são fortemente influenciadas por fatores que têm a ver com a discriminação de gênero e raça.

Sabe-se que as discriminações, sejam elas de gênero ou raça, instituem efeitos superpostos, mesmo que inúmeros, ocasionando vivências diferentes na condição de classe, e consequentemente, na vivência da pobreza. E é com isso que se pode perceber que as

mulheres negras provam essas duas experiências, sendo elas, sempre caracterizadas como habitantes definitivos da base da hierarquia social. (Silva, 2019).

Segundo o Boletim Especial, publicado pelo DIEESE, no terceiro trimestre do ano de 2021, cerca de quase 20% das mulheres negras não conseguiram introduzir-se no mercado de trabalho, tendo como opositoras cerca de 12,5% das mulheres não negras. Ao considerar a população ocupada, as mulheres negras foram as que tiveram os menores rendimentos. Enquanto em média, elas têm o valor de R\$10,83 de remuneração por hora, as mulheres brancas possuem em média R\$17,13. Portanto, de acordo com Crenshaw (2002), o fato de que todas as mulheres estão amarradas a discriminação de gênero, também se faz verdadeiro as condições atreladas a suas identidades sociais, como raça, cor, religião, entre outros.

Sendo assim, mesmo no contexto atual, as mulheres negras defrontam historicamente desafios tanto na inserção como na estabilização no mercado de trabalho. De forma que os rastros da escravização, acabaram deixando efeitos profundos e constantes no caminho trabalhista das mesmas, efeitos esses, que se caracterizam como um prematuro início e demoradas saídas do mercado de trabalho, sendo agregado pelo alto desemprego, condição de subordinação, baixa escolaridade, e diretamente o racismo (Pereira, 2021).

Em suma, sendo a mulher negra o indivíduo no qual se solidifica a estrutura dominante, tanto como mulher, como negra, pode-se observar assim, os espaços que lhe foram concedidos a ocupar desde a escravidão. Desse modo, percebe-se que o patrimônio escravocrata tem seu seguimento quando abordamos sobre a mulher negra, ou seja, não há diferença quando se fala sobre sua função como trabalhadora. Nesse sentido, explica-se a atribuição aos empregos domésticos, com baixo grau nas indústrias de transformações. Portanto, se hoje a mulher negra continua a habitar trabalhos que são de forma análoga aos que desempenhava no tempo da colônia, é pelo fato de ser uma mulher negra, mas também por terem sido escravizados seus antepassados (Nascimento, 2010). Na próxima seção, será apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

3 METODOLOGIA

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), entende-se por método o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com grande precisão e eficiência, conduz a obtenção de conhecimentos válidos e verdadeiros. O método elabora o caminho a ser seguido, ajuda na identificação de possíveis erros e auxilia para a tomada de decisões durante o processo exploratório dos pesquisadores. Portanto, a presente pesquisa, no que se refere ao caráter metodológico, caracterizou-se como uma pesquisa de método misto.

Para poder explorar os objetivos geral e específicos desta pesquisa, foi utilizado o método misto, que de acordo com Creswell (2010), é um método de pesquisa que utiliza tanto a abordagem quantitativa como qualitativa, e com isso, ambas se complementam. Ademais, foram utilizados como técnica de coleta de dados, o método de pesquisa bibliográfica e dados secundários.

A pesquisa bibliográfica envolve, de forma geral, a bibliografia já publicada em relação ao tema estudado. Para o presente trabalho, foram utilizados estudos a respeito da democracia racial e mercado de trabalho, artigos e publicações de autores como Freyre (2007), Fernandes (2001). Já os dados secundários, são aqueles já coletados e disponibilizados por instituições públicas ou privadas. A coleta realizada neste trabalho usou dados disponibilizados pelo IPEA (2022) e pelo DIEESE (2024).

Por fim, a pesquisa documental que se usou, segundo Gil (2008), aproxima-se da pesquisa bibliográfica, sendo sua única diferenciação o caráter das fontes, já que a pesquisa documental se utiliza de estudos e materiais que não foram tratados de maneira crítica. Conforme Marconi e Lakatos (2003) a pesquisa documental caracteriza-se unicamente na coleta de dados em documentos, escritos ou não, sendo denominados como fontes primárias. Além disso, podem ser realizadas quando o fato acontece ou após o acontecimento. Para o presente trabalho, na pesquisa documental fez o uso de informações coletadas de fontes como Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2024) e Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2025), entre outros.

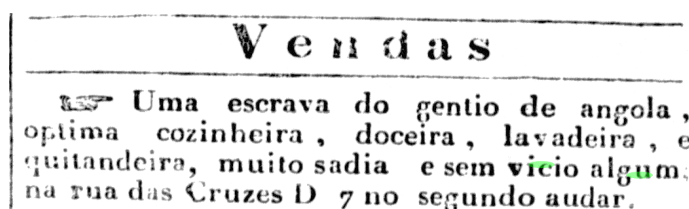
4. MULHERES NEGRAS NO BRASIL: RENDA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E A DESCONSTRUÇÃO DA IDEIA DE DEMOCRACIA RACIAL

Neste capítulo, serão apresentadas seções que endossam e consolidam os capítulos anteriores. Para isso, as seções seguintes trarão análises de um panorama das mulheres negras no país e uma revisão sistemática com dados sobre renda, educação e saúde, evidenciando assim uma relação de causalidade entre elas.

4.1 A trajetória da mulher negra no Brasil

A trajetória das mulheres negras, inicia-se muito precocemente com muita luta e resistência, às opressões sejam de gênero, de raça que são contínuas desde o período colonial. Por isso, no decorrer desta discussão, serão postas evidências que fortalecem a importância de considerar as condições de classe na análise da trajetória das mulheres negras. Desse modo, ainda no período escravocrata as mulheres eram tratadas como mercadorias de troca, pode-se analisar abaixo nos seguintes anúncios que eram feitos em jornais do século XIX.

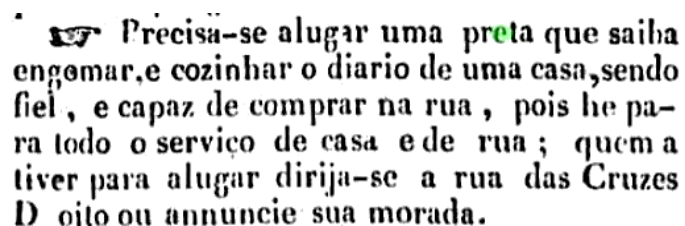
Figura 1 - Anúncio de venda de mulher escravizada.



Vendas
Uma escrava do gentio de angola, optima cozinheira, doceira, lavadeira, e quitandeira, muito sadia e sem vicio algum; na rua das Cruzes D 7 no segundo andar.

Fonte: Diário de Pernambuco (1840). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

Figura 2 - Anúncio de aluguel de mulher escravizada.



Precisa-se alugar uma preta que saiba engomar, e cozinhar o diario de uma casa, sendo fiel, e capaz de comprar na rua, pois he para todo o serviço de casa e de rua; quem a tiver para alugar dirija-se a rua das Cruzes D oito ou annuncie sua morada.

Fonte: Diário de Pernambuco (1840). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

Os anúncios implicam em como a mulher, negra, escravizada era vista, refletindo no apagamento da individualidade dessas mulheres, sempre vistas como objetos de serviço. Segundo Giacomini (1988), a negra é “coisa”, serve como pau para toda obra, objeto de compra e venda devido sua condição de escravizada, mas também é objeto sexual, ama de leite, saco de pancadas das sinhás, já que além de escravas, são mulheres. De acordo com Giacomini (1988, p. 89), “A desmistificação dos papéis atribuídos à mulher escrava leva-nos

quase que diretamente a um questionamento do discurso dominante sobre a condição da mulher negra em nossos dias”.

Ou seja, faz-se necessário analisar essas atribuições historicamente postas como exigências às mulheres negras durante a escravidão e deixar de observá-las somente como mães pretas, amas de leite, figuras hipersexualizadas, que foram atribuições construídas e normalizadas para defender a exploração e esconder as violências sofridas por essas mulheres. Conforme Alves (2015), o sofrimento da mulher negra é herdado desde a colonização, perpetuado até os dias atuais e ao abordar a sociedade brasileira as desigualdades de raça e gênero são as que têm destaque nas relações sociais.

As lutas abolicionistas aconteceram de maneira lenta e gradual no Brasil. O país foi o último a promulgar oficialmente a escravidão, com a Lei Áurea em 1888 e as mulheres negras, tanto as escravizadas quanto as libertas enfrentavam diariamente as inúmeras formas de opressão e diante da privação dos direitos básicos como cidadãs criaram estratégias de luta e sobrevivência para a defesa de suas dignidades diante de uma situação de muita violência e exclusão social. Como Santana (2023) explica, aconteceu uma mudança na forma, porém não na essência, ou seja, para essas mulheres não houve interrupção nas condições do trabalho escravo efetivamente. Por isso, o novo status que a abolição carregou, não trouxe às mulheres negras a liberdade plena. Elas continuam presas aos trabalhos domésticos, seguiram marginalizadas da educação formal e conseqüentemente excluídas do acesso à cidadania, ou seja, a negação ao ensino e o controle sobre seus corpos subjetivos fortalecem um mecanismo cruel de domínio, insinuando que as mulheres não eram dignas de uma vida plena, determinando quais seriam suas possibilidades, naturalizando a subalternidade (Hilário, 2022).

Segundo Werneck (2010), as mulheres negras formam sujeitos políticos e individuais, construídos pelas diversas experiências históricas, culturais e sociais, geradas na resistência ao condicionamento imposto pela dominação eurocentrada e ocidental. Ou seja, a luta não aconteceu apenas por liberdade econômica e social, mas sim por uma construção política, feita a partir da junção de raça, gênero e classe.

Como afirma Davis (2016), as mulheres negras raramente lutariam por fraqueza, elas tornaram-se fortes porque suas famílias e comunidades necessitavam de sua fortaleza para a sobrevivência e por isso, o pós-abolição foi e tem sido um desafio para as mulheres negras. De acordo com Martins (2022), egressas da escravidão, as mulheres negras se tornaram responsáveis pelo sustento de suas famílias, adquirindo moradia digna fazendo diversas atividades. Porém, mesmo com toda movimentação e esforço para o trabalho atrás de

melhoria nas condições de vida para si mesma e para os seus, elas não eram dignas de honra, nem vistas como trabalhadoras dignas.

Embora com uma carga de impedimentos enormes, as mulheres negras conseguiram formular meios para resistir e sobreviver. A luta dessas mulheres no país exige um confronto, não apenas do sexismo, como do racismo, ambos reforçam a marginalização e destroem a subjetividade entre as mulheres. Desafiando ambas as opressões, às mulheres negras cooperam para uma nova definição política feminista e antirracista, aumentando assim os debates acerca de gênero e raça em nossa sociedade, ou seja, continuar protagonistas de suas histórias (Carneiro, 2011).

Essa segregação imposta às mulheres negras, nunca aceita, foi transformada por elas em terreno fértil para uso de resistência e reinvenção de si mesmas, ou seja, em um espaço de potência e mudança política. Conforme analisa Bell Hooks (2019), a opressão pode dar início a resistência assim como a marginalidade sendo local de privação pode dar margem para a radicalidade de resistência criativa.

Por isso, pode-se explicar que no Brasil, há uma divisão racial do trabalho, estruturada com o objetivo de manter a população negra nos setores mais precarizados da economia. Além disso, não por acaso, a grande parte da população negra faz parte de grupos marginalizados, como os desempregados, ocupando posições informais e de baixa qualificação, principalmente as mulheres negras (Gonzalez, 2020).

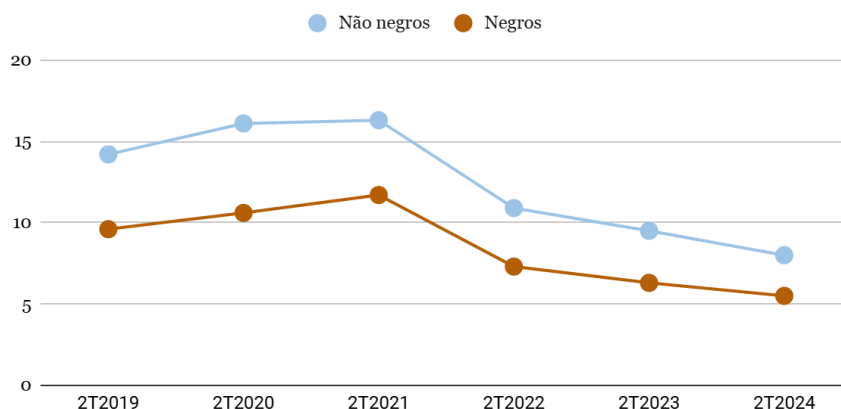
4.2 Renda, Raça e Gênero: a condição das mulheres negras no Brasil

Após a contextualização teórica e histórica apresentada nos capítulos antecessores, esta seção dedica-se à análise empírica da realidade vivenciada pelas mulheres negras no Brasil contemporâneo, com base em dados socioeconômicos. Primeiramente, ao discorrer sobre renda, faz-se necessário o entendimento sobre o conceito, segundo Silva (2023), renda é um termo bastante utilizado na economia para descrever a quantia de dinheiro que uma pessoa recebe periodicamente. Além disso, determina o poder de compra dos indivíduos e a capacidade de arcar com determinadas despesas ou investimentos, ou seja, é um determinante do padrão de vida dos indivíduos e sua posição social.

De acordo com o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024), a cada seis mulheres negras uma trabalha como empregada doméstica e o rendimento médio das domésticas informais é R\$461,00, menor que o salário-mínimo. Além disso, os negros se deparam com diferentes dificuldades a partir do

momento que iniciam a procura por trabalho. Em 2024, no 2º trimestre do ano, o índice de desocupação dos negros era de 8,0%, enquanto a dos não negros estava em 5,5% (Figura 3).

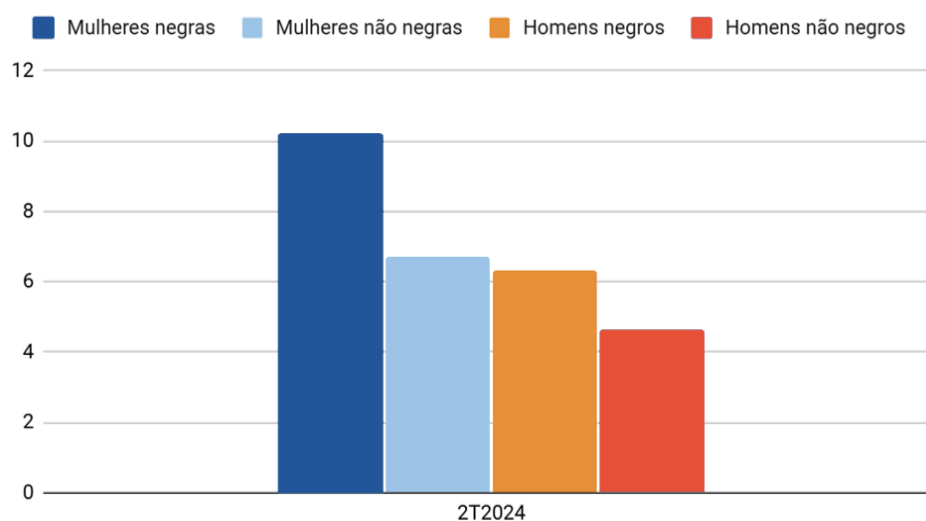
Figura 3 - Taxa de desocupação segundo cor/raça entre o 2º trimestre de 2019 e 2º trimestre de 2024.



Fonte: Elaborado com base no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024).

Ao discorrer sobre as mulheres negras, a taxa de desocupação era 10,1% (Figura 4), comparada a taxa dos homens não negros (4,6%), o índice mais que duplica. Portanto, aproximadamente 24,6% das mulheres negras hábeis para integrar a força de trabalho informaram que: estavam desocupadas ou não haviam ido em busca de emprego devido ao cenário desfavorável ou estavam ocupadas, mas, porém, com uma carga de trabalho menor do que a desejada.

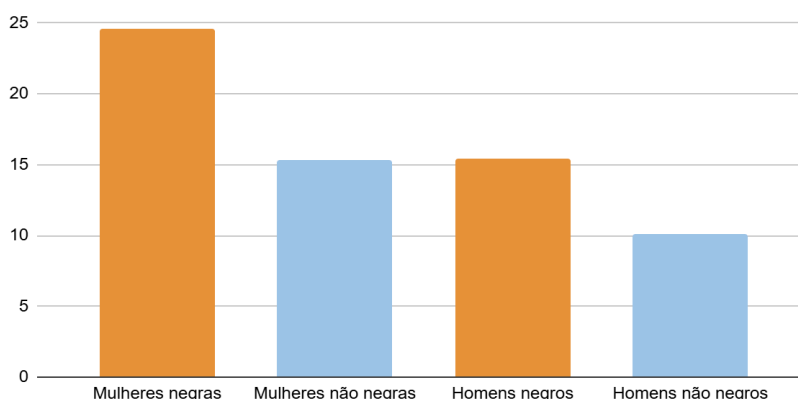
Figura 4 - Taxa de desocupação segundo sexo e cor/raça no 2º trimestre de 2024.



Fonte: Elaborado com base no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024).

Na Figura 5, representa-se a taxa composta de subutilização da força de trabalho. Sendo assim, apesar do aquecimento do mercado de trabalho, cerca de um quarto das mulheres negras ainda disputam por uma inserção no mercado de trabalho digna (DIEESE, 2024).

Figura 5 - Taxa de subutilização segundo sexo e cor/raça no 2º trimestre de 2024.



Fonte: Elaborado com base no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024).

De acordo com relatório Mude com elas (2021), os dados de subutilização da força de trabalho das mulheres negras representam o modo que o racismo estrutural, associado à desigualdade de gênero, cria esse cenário de fragilidade e incertezas. De modo que também mostra a consternação enquanto dado econômico e realidade incomparável que vivem as mulheres negras, no desencanto da busca pelo trabalho por ter perdido a expectativa de conseguir.

Tabela 1 - Percentagem da população total, população em idade ativa e responsáveis por domicílios, por grupo sociais, Brasil, 2021.

	População Total		População em idade Ativa		Domicílios/Responsáveis pelo domicílio	
	Mil pessoas	%	Mil pessoas	%	Mil pessoas	%
Total	210.596	100	169.946	100	71.467	100
Homens Brancos	43.865	21	35.284	21	16.611	23
Homens Negros	59.122	28	46.006	28	20.462	29
Mulheres Brancas	47.583	23	39.411	23	14.784	21
Mulheres Negras	60.026	26	48.345	28	19.609	27

Fonte: Elaborado com base no Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2024)

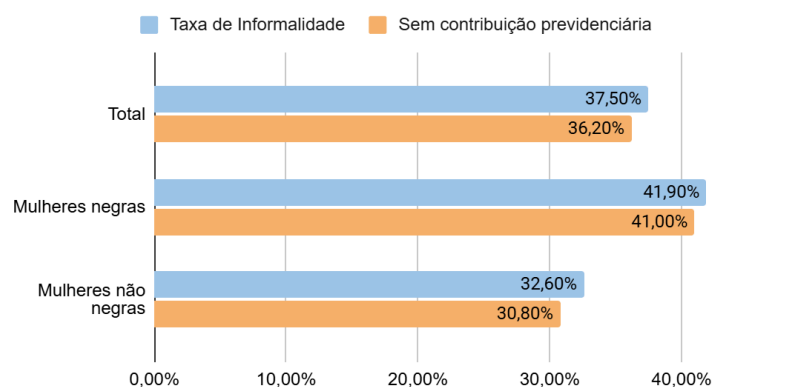
Compondo 28,5% da população brasileira, as mulheres negras também fazem parte da maior porcentagem da população em idade ativa, sendo 28,4%. De acordo com a Tabela 1,

mulheres e homens negros são os responsáveis por grande parte dos domicílios no país, chegando a quase 60% do total domicílios no Brasil. Embora sendo maioria, a disposição de menor porcentagem da massa total de rendimentos pertence às mulheres negras. Porém as mulheres negras dispõem de 16% do total de rendimentos comparado a 24,1% dos homens negros, 24,7% das mulheres brancas e 35,1% dos rendimentos totais dos homens brancos (PNUD, 2023).

Ademais, segundo o IPEA, a proteção previdenciária da população brasileira ocupada, entre 16 e 59 anos, diminuiu entre os anos de 2016 e 2022, enfatizando as mulheres negras, elas ainda são as mais prejudicadas. No ano de 2022, cerca de 21,2% das mulheres negras tinham dificuldades para realizar a contribuição à Previdência. Porém, dos homens brancos, somente 6,8% se depararam com essa situação.

No ano de 2023, segundo o DIEESE, a taxa de informalidade das mulheres negras chegava em 41,9% contra 32,6% das não negras e a dificuldade na contribuição a previdência ainda é presente na vida das mulheres negras com uma taxa de 41,0% comparada a 30,8% das mulheres não negras (Figura 6). Ou seja, esses dados evidenciam a precarização e a dificuldade das mulheres negras conseguirem um trabalho formal.

Figura 6 - Taxa de Informalidade e Contribuição Previdenciária no 4º trimestre de 2023.



Fonte:

Elaborado com

base no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024).

Dados do 4º trimestre de 2023 da PNAD, apresentam que no país a força de trabalho era composta por 47,8 milhões de mulheres com 14 anos ou mais. Os dados apontam que havia 4,4 milhões de mulheres desocupadas, dessas 2,9 milhões eram negras contra 1,5 milhões das mulheres não negras, além do mais, a pesquisa aponta 1,9 milhão de mulheres

desalentadas, aquelas que querem trabalhar, mas que desistiram da busca, dessas, 1,4 milhão eram de mulheres negras, enquanto 485 mil eram mulheres não negras.

Discorrendo sobre o rendimento médio mensal, no quarto trimestre de 2024 das mulheres era de R\$2.562,00 contra R\$3.233,00 dos homens, realizando um recorte racial, as mulheres negras tinham um rendimento de R\$1.957,00 em contrapartida, os homens negros recebiam R\$2.467,00 em relação as mulheres não negras que recebiam R\$3.242,00 e os homens não negros R\$4.228,00 (DIEESE, 2024)

Nesse sentido, o mercado de trabalho no Brasil apresenta desigualdades estruturais que permanecem ao longo do tempo, maturando as diferenças históricas relacionadas à raça e gênero. De acordo com os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), difundidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra continua enfrentando índices de desemprego acima da média nacional, além de maior inserção em ocupações informais e menores salários em comparação com pessoas brancas (IBGE, 2025).

4.3 Educação e mulheres negras: um meio de resistência

A educação no Brasil é, historicamente, construída por meio de estruturas desiguais em prejuízo dos grupos sociais marginalizados e frágeis economicamente. Desse modo, a educação para a população negra não é diferente, em que a escravidão gerou infortúnios a população negra até os dias atuais (Oliveira, 2021). Em concordância, sabe-se que a educação é a principal ferramenta de mobilidade e resistência para a população negra no Brasil e claro, principalmente para as mulheres negras.

De acordo com o Ministério da Igualdade Racial (2023), a educação é primordial para o desenvolvimento pleno do indivíduo e da sociedade. Os indivíduos com maior escolaridade, consequentemente, ocupam os locais mais favorecidos da pirâmide socioeconômica e, por isso, os índices de mercado de saúde, trabalho, renda, alimentação, moradia, acesso a bens duráveis, assim como outros índices são os melhores. Portanto, em decorrência têm melhorias nas condições de vida e, por isso, os melhores índices de educação estão relacionados à maior riqueza e desenvolvimento humano.

Segundo Engel (2020), a discussão sobre as meninas negras serem menos escolarizadas, terem um maior índice de fracasso e analfabetismo que homens brancos é rasa, ou seja, a permanência e o acesso a escola é cruzado por questões raciais que implicam tanto os homens como as mulheres negras. Desse modo, os preconceitos relacionados a gênero e

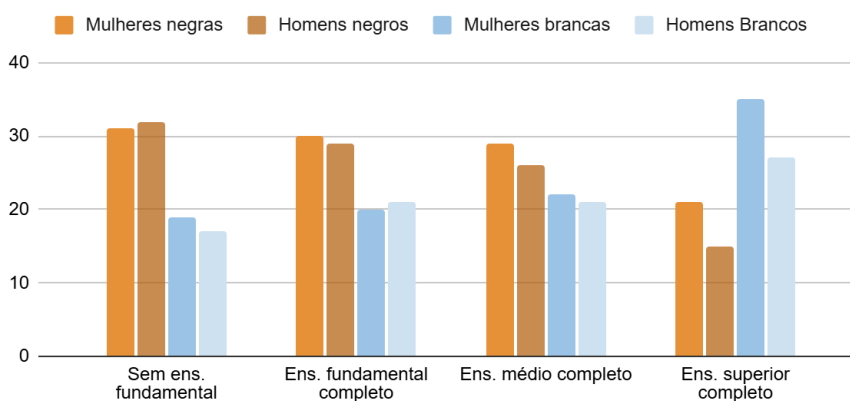
raça são formulados e produzidos na escola, pois o acesso em si não garante permanência e a permanência não carrega a garantia de um aprendizado democrático.

Conforme dados do IBGE (2024), o analfabetismo no Brasil continua fortemente relacionado à idade, no ano de 2024, a quantidade de analfabetos chegou a 5,1 milhões de indivíduos com idade de 60 anos ou mais. Entre os jovens o percentual começa a diminuir gradualmente sendo 9,1% entre as pessoas com idade de 40 anos ou mais, 6,3% dos indivíduos com 25 anos ou mais, e 5,3% na idade de 15 anos ou mais.

Ao observar a taxa de analfabetismo entre as mulheres, é possível observar primeiramente a desigualdade de gênero, já que entre as mulheres de 15 anos ou mais o percentual chegou a 5,0% comparado a 5,6% dos homens. Por fim, ao realizar a análise por cor/raça é possível enxergar de maneira ostensiva as desigualdades educacionais. De acordo com a Agência IBGE (2025), no ano de 2024 a distribuição segundo níveis de instrução entre as pessoas de 15 anos ou mais, a taxa de 3,1% era dos participantes brancos, já os participantes negros a taxa ficou em 6,9% (Agência IBGE, 2025).

Nos diferentes níveis de escolaridade se percebe as desigualdades de gênero e raça considerando a população de 25 anos ou mais. No ano de 2022, as taxas referentes às mulheres negras sem o ensino fundamental completo eram de 37% , em contrapartida as mulheres brancas tinham índices em 27%. A porcentagem de homens negros sem o ensino fundamental completo era 41% (IPEA, 2022). Portanto, isso fortalece que um ensino fundamental enfraquecido limita por completo o acesso ao ensino médio e conseqüentemente ao ensino superior, replicando ciclos de desigualdades (Figura 7).

Figura 7 - Nível educacional alcançado pelas pessoas adultas com 25 anos ou mais de idade em 2022.



Fonte: Elaborado com base no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022).

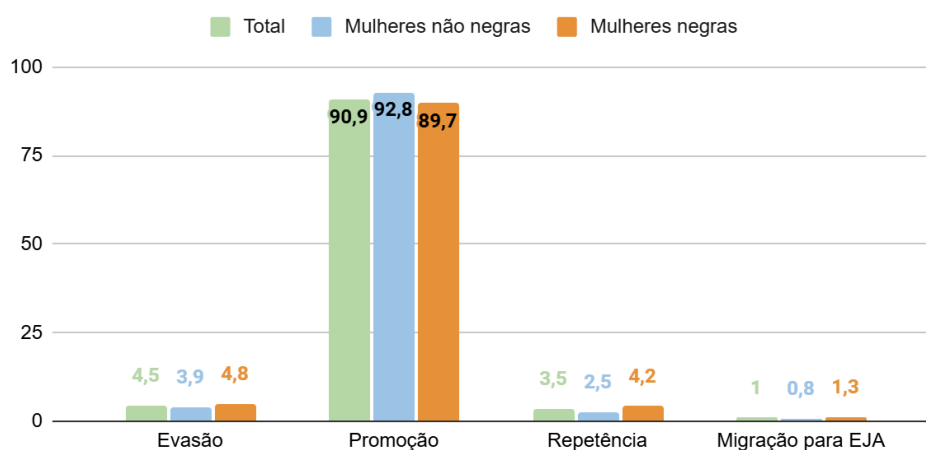
Conforme dados divulgados pelo IBGE (2024), as mulheres têm mais escolaridade comparado aos homens. Entre a população de 25 anos ou mais, elas unem 21,3% das pessoas formadas no ensino superior completo, em comparação a 16,8% dos homens. Porém, percebe-se as diferenças mais agravantes ao realizarmos o recorte por cor ou raça o montante de mulheres brancas com graduação era o superior ao das mulheres negras ou pardas, sendo 39,7% e 27,9% respectivamente. Ou seja, a educação das mulheres negras no país continua com disparidades.

Embora com ensino superior completo, o rendimento das mulheres negras continua em desvantagem. Segundo o DIEESE, em 2023, o rendimento médio mensal das mulheres negras com ensino superior era de R\$3.721,00 enquanto os homens negros recebiam R\$5.755 em relação a R\$5.303 e R\$8.173 das mulheres e homens não negros respectivamente.

Contudo, essas desigualdades não são observadas apenas no ensino superior. Já nos primeiros anos escolares, as meninas negras têm de enfrentar obstáculos que afetam sua permanência escolar. No ensino médio, por exemplo, essa questão tem um grau de complexidade maior, já que este é um nível de ensino mais distante da universalização. De acordo com a análise de mulheres segundo cor ou raça, a frequência das mulheres não negras com idade entre 15 a 17 anos soma 8 pontos percentuais a mais do que as pretas ou pardas, salientando a necessidade de avanço da equidade racial na educação (RASEAM, 2025).

De acordo com o INEP Censo Escolar nos anos 2020 e 2021, também é possível observar que a taxa de promoção escolar das mulheres pretas ou pardas é menor que a das brancas, sendo 89,7% e 92,8% respectivamente, além disso a taxa dos homens pretos é menor que a das mulheres brancas, sendo 85,4%. (Figura 8).

Figura 8 - Taxas de evasão, promoção, repetência escolar e migração para EJA no ensino médio de mulheres, por cor ou raça, entre 2020/2021.



Fonte: Elaborado com base no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2025).

Esses dados indicam, que as mulheres negras continuam vulneráveis no decorrer de sua trajetória educacional, entre seus 15 e 17 anos principalmente, em que a evasão escolar está estritamente ligada ao trabalho precoce, gravidez, acentuada pelo excesso dos serviços domésticos. Em porcentagem, de acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da mulher, 205,93 mil mulheres negras informaram que largaram os estudos por precisar trabalhar contra 36 mil mulheres brancas na mesma situação. Já a gravidez o percentual é de 24,7% das mulheres negras comparado a 18,7% das mulheres brancas, demonstrando assim que as mulheres pretas ou pardas têm grandes dificuldades para a permanência escolar.

Ao abordar a trajetória das mulheres negras, a educação resulta na diminuição na probabilidade de inserção no mercado informal em até 44,3% e para as mulheres brancas pode-se alcançar 33,7%. Exceto como chefe domiciliar, todos os outros fatores afetam, em maior número, as mulheres negras em analogia às mulheres brancas. Isso se deve ao momento de grande vulnerabilidade em que se encontram (Manoel, A. C. N. M; Teixeira, E. C, 2024). Por isso, pode-se concluir que o impacto do índice educacional sobre a expectativa da inserção de mulheres negras no mercado de trabalho informal é estatisticamente notável a elas.

4.4 Saúde da mulher negra

Segundo o Ministério da Saúde (2020) o conceito de saúde, de acordo com a Organização Mundial da Saúde em 1946, é definido como um modo de completo bem-estar tanto físico, mental quanto social, e não somente estar ausente de alguma doença ou morbidade. Além disso, o entendimento da expressão qualidade de vida também tem alguns pontos em concordância com o significado de saúde e por isso, se faz necessário uma análise do corporal, mental incluindo o contexto social de cada indivíduo para poder melhor definir o estado de saúde.

As investigações sobre desigualdades sociais em saúde no Brasil priorizam a análise das condições socioeconômicas em seus modelos explicativos, sem uma abordagem sistemática da dimensão étnico-racial na diferenciação dos agravos à saúde. A qualidade de vida dos indivíduos influencia diretamente os padrões de adoecimento e mortalidade. Embora os estudos indiquem diferenças no perfil de saúde entre regiões e grupos socioeconômicos,

poucos relacionam esses fatores à inserção social precarizada da população negra e aos seus impactos nos indicadores de saúde (Barata, 1997; Batista; Escuder, 2005).

Nessa conjuntura, segundo Werneck (2016), grande parte das diretrizes e estratégias voltadas à saúde da população negra manifestou-se fora do sistema de saúde, a partir da mobilização de indivíduos negros organizados, os quais contribuíram com suas análises, conhecimentos e valores. Sob tal perspectiva, as mulheres negras tiveram um papel central, tanto pela sua experiência histórica e cultural no cuidado quanto pela representatividade no setor da saúde em diversas profissões. As instituições de pesquisa, os órgãos de fomento e as instâncias de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) permaneceram ausentes ao longo desse processo e ainda carecem de uma representação mais efetiva para atender às demandas expressas pela população.

De acordo com o relatório da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), o acesso à saúde para a população negra é inferior ao da população branca. Ainda, os indivíduos autodeclarados pretos (11,9%) e pardos (11,4%) se destacam entre aqueles que relataram experiências de discriminação nos serviços oferecidos pelo SUS (Brasil, 2017).

As mulheres negras passam por diferentes violências e na saúde não é diferente. Segundo a Folha de São Paulo (2024), a desigualdade racial aumenta os números de mortalidade materna no Brasil, ela pode ser ocasionada por diferentes problemas, como hipertensão, infecções, falta de acompanhamento adequado no pré-natal entre outras complicações que podem ocorrer na gestação.

Conforme Leite (2024), a taxa de mortalidade materna entre mulheres negras nos anos 2017 e 2022 foi de 125,8 por 100 mil nascidos vivos versus 64 por 100 mil para mulheres brancas. Desse modo, nas diferentes regiões e as distintas faixas etárias, a cor de pele é um coeficiente chave da mortalidade.

Conforme a Agência Brasil (2023), um estudo feito pelo Ministério de Saúde junto com a Fiocruz a distinção de mortalidade materna entre mulheres negras e brancas é uma realidade no país. No ano de 2016, as mortes maternas das mulheres negras tinham 119,4 por 100 mil nascidos vivos, já as mulheres brancas somavam 52,9. Na pandemia, esses números aumentaram, para as mulheres negras eram 194,8 e as mulheres brancas em 121 em 2021. As causas para esses números são gestações precoces, pré-natal tardio, doenças gestacionais.

Enquanto 9,1% das mulheres brancas iniciam o pré-natal no segundo trimestre de gestação, as mulheres negras somam 13,4%, considerado uma taxa tardia. O atraso para iniciar o acompanhamento do pré-natal indica um grave risco para as mulheres negras visto que prejudica a detecção inicial de condições gestacionais. Mesmo que a assistência ao

pré-natal seja quase universal, os índices apresentam a insistência das desigualdades raciais ao acesso aos cuidados refletindo na aglomeração de desvantagens socioeconômicas e de atendimento enfrentadas pelas mulheres negras (Silva et. e al, 2023).

Além disso, a porcentagem de mulheres pretas e pardas grávidas entre 10 e 19 anos fica em 15,9% e 13,8% na ordem. Já as internações das mulheres pretas e pardas acontecem em sua maioria em hospitais públicos, seja para parto ou realização de abortos comparado as mulheres brancas, 66,9%, 63% e 55.2% respectivamente (Agência Brasil, 2023). Esses dados reafirmam a presença das mulheres negras em hospitais públicos, setor que geralmente não tem as melhores infraestruturas, refletindo em um racismo institucional.

Dados do IBGE (2020) apresentam que as mulheres negras são 60,9% de quem utiliza o Sistema Único de Saúde, além disso, essas mulheres têm a chance de 50% a mais de sofrerem violência obstétrica, de acordo com a Fiocruz. Ademais, pelas suas condições de pobreza e insegurança alimentar, as mulheres negras são mais predispostas a terem comorbidades tais quais a obesidade, diabetes e hipertensão (Fase, 2024). Assim sendo, as políticas públicas de saúde, embora existam em tese, carecem de efetividade e de um recorte racial que contemple as especificidades vividas pelas mulheres negras.

No quesito qualidade, integralidade e igualdade na saúde, sabe-se que as mulheres negras estão sempre abaixo das mulheres brancas, implicando desse modo com os princípios que regem o Sistema Único de Saúde (SUS) o qual tem o dever em assegurar o atendimento igualitário a todos. Além disso, de acordo com o artigo Mulher Negra: Um olhar sobre a desigualdade racial no âmbito da saúde, se demonstrou que as políticas públicas não são criadas para a melhoria das taxas desiguais acometidas a essas mulheres. Devido a isso, os índices de óbitos, baixa qualidade ao acesso à saúde incluindo pouco ou nenhum acesso a exames e consultas são superiores (Oliveira et. al 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção, serão apresentadas as considerações finais, apresentando uma visão ampla sobre a inserção socioeconômica para as mulheres negras no Brasil, de acordo com as análises feitas durante a pesquisa. Na pesquisa buscou-se a análise do panorama das mulheres negras no Brasil, discorrendo sobre renda, saúde e educação com o intuito de averiguar a afirmação de que a democracia racial no Brasil é nada mais do que um mito.

O principal objetivo da presente pesquisa foi de analisar de que modo a inserção socioeconômica das mulheres negras no Brasil confronta a ideia de democracia racial, buscando as contradições entre o discurso da igualdade e a realidade estrutural de desigualdades que são postas desde a trajetória histórica até a contemporânea das mulheres negras. Ao longo do trabalho, a partir de análises empíricas e teóricas, se pode afirmar que a democracia racial no país, além de um ideal não alcançado, representa um mito que age como disfarce para as inúmeras desigualdades estruturais de raça e gênero que existem.

Os dados apresentados no decorrer da pesquisa mostram que as mulheres negras continuam ocupando a base da pirâmide social e econômica. Embora consigam alcançar maiores níveis de escolaridade, sua presença em trabalhos precários, informais e de baixos salários continua consideravelmente, mostrando que o racismo e o sexismo são barreiras estruturais que impedem o pleno acesso às oportunidades. Portanto, essa realidade não somente reproduz as hierarquias que foram construídas no período escravista, como também as renova dentro de um sistema capitalista que reproduz desigualdades baseadas em marcadores sociais.

A análise da trajetória histórica da mulher negra no Brasil, desde o período da escravidão até os dias atuais, evidencia uma lógica de subalternidade sistemática. No passado, foram tratadas como mercadorias e exploradas tanto no espaço privado quanto no público; hoje, apesar de formalmente livres e cidadãs, enfrentam múltiplas formas de opressão muitas vezes sutis e institucionalizadas. Essa lacuna histórica resultou em um processo de exclusão contínua, em que a mulher negra permanece rejeitada dos espaços de poder, prestígio e reconhecimento.

O mito da democracia racial, portanto, age como uma ideologia que invisibiliza as desigualdades raciais e impede a formulação de políticas públicas eficazes para combatê-las. Ao naturalizar a miscigenação como símbolo de harmonia, essa narrativa nega a existência do racismo estrutural e institucional que atinge de forma ainda mais intensa as mulheres negras. Esse mito, ao mesmo tempo em que sustenta a identidade nacional brasileira, serve como

obstáculo à equidade racial, perpetuando a marginalização de corpos negros e femininos. Ademais, a negação da interseccionalidade pelas estruturas institucionais contribui para a manutenção de políticas públicas ineficazes e desconectadas da realidade.

A educação, identificada como ferramenta de resistência e mobilidade, também apresenta sérias limitações no que tange à permanência e ao sucesso das mulheres negras no sistema educacional. As altas taxas de evasão escolar, aliadas à sobrecarga do trabalho doméstico, gravidez precoce e discriminações de raça e gênero nas escolas, comprometem a ascensão social dessa parcela da população. Ainda que conquistem formação superior, as mulheres negras continuam recebendo salários menores e encontrando obstáculos para ocupar postos de liderança. Assim, a escola, que deveria ser um espaço de emancipação, frequentemente reproduz as violências simbólicas e estruturais da sociedade.

Na área da saúde, os índices analisados mostraram uma realidade alarmante de desigualdade racial. As mulheres negras são as maiores usuárias do sistema público de saúde, porém se deparam com dificuldades no acesso aos serviços de qualidade, estão em maior evidência a sofrer violência obstétrica, os índices de pré-natal são menores enquanto as taxas de mortalidade materna são maiores. Desse modo, relatando um racismo institucional que submete a efetividade do SUS e os direitos constitucionais dessas mulheres.

Assim sendo, a pesquisa endossa que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras não acontecem de modo pontual ou casual, mas sim de forma estrutural, produzido historicamente e reproduzido socialmente nos campos de trabalho, educação, saúde, renda, previdência entre outros. Tal condição de submissão não pode mais ser negada, faz-se necessário assumir, de modo crítico, que a sociedade brasileira ainda está longe de ser uma democracia racial, e que a equidade será alcançada a partir do reconhecimento dessas desigualdades.

Nesse sentido, se confirma a importância de atuação política antirracista e feminista em que mulheres negras sejam postas no centro dos pensamentos políticos, acadêmicos e sociais. As mulheres negras são resistência diariamente às violências de um sistema que repete a marginalização contra elas, e desse modo, a resistência delas faz parte de um ato de mudança social.

Portanto, o que se espera com esta pesquisa é a contribuição para o aumento dos debates sobre as desigualdades raciais e de gênero no Brasil, servindo de base para futuras investigações, políticas públicas e práticas sociais que identifiquem e valorizem o caminho, a luta e a potência das mulheres negras no país. Ultrapassar o mito da democracia racial não se

torna apenas uma tarefa teórica ou acadêmica, mas sim um compromisso ético e político com a construção da verdadeira equidade no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M.V. **O movimento da mulher negra brasileira: história, tendência e dilemas contemporâneos**. Portal Geledés, 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-e-dilemas-contemporaneos/>>. Acesso em: 11 abr. 2025
- BEZERRA, H. A. ; OLIVEIRA, E. G. S. (Org.) . **Diferença étnico-racial e Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Sertão Pernambucano**. 1. ed. Maceió, AL: Olyver, 2021. v. 1. 250p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O que significa ter saúde?** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quer-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-negra/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf> Acesso em: 13 jun. 2025.
- CAMPOS, A. C. **O que é renda: Conceito e tipos**. Ibovespa Hoje. 2023. Disponível em: <<https://ibovespahoje.com/o-que-e-renda/>>. Acesso em: 25 mai 2025
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Portal Géledes. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>> Acesso em: 12 abr 2025
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v.16, 2003.
- CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. Porto Alegre: ARTMED, 2010.
- CRUZ, Á. R. de S. **O direito à diferença**. 3. ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2009.
- DAVIS. A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **População Negra. 2023**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>>. Acesso em: 5 de jun. 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim especial: consciência negra**. São Paulo: DIEESE, nov. 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Mulheres - Inserção no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes.pdf>>. Acesso em: 5 abr 2025.

DOMINGUES, P. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Diálogos Latinoamericanos, v. 6, n. 10, p. 16, 2005

ENGEL, L. C. **Educação e treinamento da mulher**. Beuning +20: Avanços e desafios no Brasil Contemporâneo, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, M. S. A construção da Democracia Racial Brasileira: o Nordeste de Gilberto Freyre e o Rio Grande do Sul de Dante de Laytano. In: IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS, 2008, Porto Alegre. **Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**, 2008.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. **A democracia racial revisitada**. Afro-Ásia, v. 60, p. 9-44, 2019.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1979.

HILÁRIO, R. A. **Mulher negra: representatividade, visibilidade e pertencimento após a (des)abolição**. Estadão, 2022. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/mulher-negra-representatividade-visibilidade-e-pertencimento-apos-a-desabolicacao/>>. Acesso em :18 abr. 2025

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): **características gerais dos domicílios e dos**

moradores em 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Retratos – Indicadores Educação: desigualdades de gênero e raça na escolaridade da população de 25 anos ou mais.** Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/276-retratos-indicadores/retratos-indicadores-educacao>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

KERN, G. S. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**, v. 6, p. 82-92, 2014.

LEITE, L. **Desigualdade racial agrava números de mortalidade materna no Brasil.** Folha de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2024/08/desigualdade-racial-agrava-numeros-de-mortalidade-materna-no-brasil.shtml?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 13 jun 2025

LIMA M; RIOS F, FRANÇA D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: Marcondes, M et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea; 2013. p. 53-80.

MANOEL, A. C. N. M; TEIXEIRA, E. C. **Escolaridade feminina e mercado de trabalho informal brasileiro: Uma análise segundo a raça.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/17085>>. Acesso em: 5 abr 2025

MARCONDES, Mariana Mazzini (Organizadora) et al. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** IPEA [s. l.], 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039>>. Acesso em: 7 dez. 2023.

MARCONI, M. de A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, K. P. F. A construção da honra das mulheres negras trabalhadoras no pós abolição em Salvador. **Revista de História Universidade Federal da Bahia**, 2022.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIR, Ministério da Igualdade Racial. **Informe MIR - Monitoramento e avaliação nº 2 - Edição Mulheres Negras.** Brasília: SENAPIR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 5 abr 2025.

MIRANDA, C.; SILVA, C. “PONHA OS OLHOS EM MIM”: sobre direitos humanos e memórias de luta das mulheres escravizadas no Brasil. **Plurais - Revista Multidisciplinar**,

Salvador, v. 4, n. 1, p. 92–115, 2020. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2019.v4.n1.92-115. Disponível em: <<https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/6117>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MIRANDA, J. H. A. Branquitude invisível - pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia? In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (orgs). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

APUFSC. **Mulheres são mais escolarizadas que homens, mas brancas com ensino superior são o dobro das negras**. Florianópolis: APUFSC-Sindical, 11 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.apufsc.org.br/2024/03/11/mulheres-sao-mais-escolarizadas-que-homens-mas-brancas-com-ensino-superior-sao-o-dobro-das-negras/>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, B. **A mulher negra no mercado de trabalho**. Portal Geledés, 2010. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho-por-beatriz-nascimento>>. Acesso em: 26 out. 2023

OLIVEIRA, Lidia Regina Figueiredo De et al.. **Educação para negros no brasil: um contexto histórico**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79709>>. Acesso em: 18 abr 2025

OLIVEIRA, M. A. C. et al. “Movimentos negros no brasil e os cenários de luta pela educação”. **Educação e Sociedade**, vol. 43, 2022.

OLIVEIRA, R. **Um a cada 20 brasileiros não sabe ler ou escrever, mostra IBGE**. Educação Uol. 2025. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2025/06/13/analfabetismo-ainda-atinge-mais-de-9-milhoes-de-brasileiros-mostra-ibge.htm?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 13 de jun 2025

OLIVEIRA, E. C. et. e al. Mulher negra: Um olhar sobre a desigualdade racial no âmbito da saúde. **Revista FT**, Rio de Janeiro, v. 29, ed. 140, 2024.

OXFAM. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/>>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

PEREIRA, C. M. **Desafios das mulheres negras no mercado de trabalho**. Portal Geledés, 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/desafios-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 26 out. 2023.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Dados básicos da PNAD Contínua – Percentagem da população total, população em idade ativa e responsáveis**

por domicílios, por grupos sociais. Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.br.undp.org>> Acesso em: 13 jun. 2025.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **25 anos: desenvolvimento humano no Brasil: Construir caminhos, pactuando novos horizontes.** Brasília: PNUD, 2024. Disponível em: <<https://www.undp.org/media/document/1123981>>. Acesso em: 5 jun 2025.

RASEAM - Relatório anual socioeconômico da mulher. **Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.** Ano 7, Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MULHERES, 2025. Disponível em :< <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>>. Acesso em: 13 jun 2025.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** Topoi (Rio de Janeiro), [s. 1.], v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004.

SANTANA, L. R. **Mulheres negras e o pós-abolição: resistências e desafios.** São Paulo: PUC-SP, 2023

SILVA, A. P. F. D et. e al. Desigualdades raciais na adequação do acesso ao pré-natal no Brasil entre 2019-2019. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, 2023.

SILVA, I. P. de A.; CHAI, C. G. As relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. **Revista de políticas públicas**, Maranhão, v. 22, p. 987-1006, 2018.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana et al. (Org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília, DF: Ipea, 2013. p. 111-131.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

THEODORO, Mário, et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

WERNECK, J. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** Vents d'Est, vents d'Ouest, édité par Christine Verschuur, Graduate Institute Publications, 2009.